

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
CONVÊNIO Nº 4/2024**

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO - TRE/RJ E O BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS REFERENTES A PAGAMENTO DE PESSOAL.

RESOLVE:

Pelo presente instrumento, a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**, situado na Rua da Alfândega, 42, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.170.517/0001-05, doravante denominado **TRE/RJ**, neste ato representado pelo seu **Presidente**, Desembargador **HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA**, no uso de suas atribuições, e o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com sede à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 – E 2235 – Bloco A – Vila Olímpia, cidade de São Paulo/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42, doravante denominado simplesmente **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, neste ato representado pela Sra. **SOLANGE HITOMI MIYAMURA**, cujo documento de identidade encontra-se juntado no id. [3976322](#), no uso da competência delegada, ajustam entre si o presente **CONVÊNIO**, com fundamento no Processo Administrativo SEI nº **2021.0.000027697-3**, observando o contido na Lei nº 14.133/2021, no que couber, resolvem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1. O presente **CONVÊNIO** tem por objeto estabelecer normas e procedimentos visando o pagamento de servidores do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO** (ativos, inativos, requisitados, cedidos, removidos, em lotação provisória e os sem vínculo) e pensionistas, bem como dos magistrados e membros do Ministério Público em atuação neste Tribunal, **mediante crédito em conta corrente ou conta salário**, nas agências do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, em âmbito nacional, referentes a valores/vencimentos/proventos/pensões e outros haveres, constantes da Folha de Pagamento dos servidores e/ou pensionistas do **1º CONVENENTE**.

2. A opção de recebimento através de conta corrente ou conta salário junto ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** será feita pelo próprio servidor e/ou pensionista e comunicado ao **1º CONVENENTE**, que subsequentemente informará tal opção ao **2º CONVENENTE**, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis para que os servidores e/ou pensionistas possam abrir tais contas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS DEVERES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

1. Constituem deveres do **1º CONVENENTE**, além de outros constantes do presente **CONVÊNIO**, os seguintes:

2. Providenciar o envio de arquivo de dados via teleprocessamento (internet), com antecedência **mínima de 01 (um) dia útil** da data em que os pagamentos tenham de ser efetuados, contendo nome do servidor e/ou pensionista, número do CPF, número da Agência, número da conta de depósito e o valor a ser creditado em favor do servidor e/ou pensionista, de acordo com as especificações técnicas previamente informadas pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, necessárias à efetivação, pelo 2º CONVENENTE**, dos créditos nas contas de depósito dos servidores e/ou pensionistas do **1º CONVENENTE**.

2.1 O envio de arquivo de dados via teleprocessamento (internet), com os valores a serem depositados nas contas dos servidores e/ou pensionistas serão realizadas pelo **1º CONVENENTE**, através de Ordem Bancária de Folha de Pagamento (OBF), a crédito da conta pessoal n.º _____ da Agência _____ no **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, aberta especificamente para operacionalização dos serviços.

3. Tornar disponível ao **2º CONVENENTE** os recursos financeiros suficientes para realizar o pagamento aos creditados.

4. Informar ao **2º CONVENENTE** eventual exclusão do servidor e/ou pensionista de seus registros, tão logo seja efetuado o último pagamento relativo à sua anterior condição.

5. Cumprir integralmente as obrigações constantes dos procedimentos operacionais que estiverem sob sua responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS DEVERES DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

1. Abrir conta bancária a todos os servidores e/ou pensionistas do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO** que optarem por receber seus créditos junto ao **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, sem exigência de depósito inicial, informando aos mesmos, no ato da abertura da conta, o código numérico do Banco, o código numérico da agência e número da conta bancária, para que o mesmo efetue o cadastramento junto ao sistema de pagamento do **1º CONVENENTE**.

1.1 O tempo de relacionamento do servidor e/ou pensionista com outra instituição bancária poderá ser considerado no momento de abertura da conta no **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**.

1.2 O **2º CONVENENTE** disponibilizará produtos e serviços, conforme a estratégia comercial e o programa de relacionamento de cada segmento, prestando todos os esclarecimentos necessários à elucidação e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição dos servidores e/ou pensionistas, por intermédio da agência responsável pela prestação dos serviços.

2. Conceder ao **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO** todas as informações necessárias, tal como, o fornecimento de endereço eletrônico para o envio correto dos dados dos servidores e/ou pensionistas para o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, via internet, bem como o endereço para, excepcionalmente, entregar o banco de dados, via meio magnético ou outro meio que o **1º CONVENENTE** preferir, dentro das alternativas que lhe forem informadas pelo **2º CONVENENTE**.

3. Efetivar o depósito relativo ao pagamento dos favorecidos na data constante do arquivo enviado pelo **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**, observando fielmente as informações transmitidas, bem como efetuar eventuais pagamentos, em data fixada pelo **1º CONVENENTE**, decorrentes de folhas suplementares, desde que haja saldo disponível da respectiva conta.

4. Enviar arquivo retorno, à Seção de Execução Financeira, da Coordenadoria Contábil e Financeira, da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por mensagem eletrônica, contendo as ocorrências do processamento da folha de pagamento, com a identificação do beneficiário e valor, para providências relativas a um novo processamento de folha de pagamento.

5. Comunicar, tempestivamente, ao **1º CONVENENTE** qualquer modificação nas normas que disciplinam a prestação de serviços objeto deste **CONVÊNIO**.

6. Instalar e disponibilizar software próprio, ou acesso específico via internet, na Seção de Execução Financeira, da Coordenadoria Contábil e Financeira, da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro para transmissão do arquivo gerado pelo **1º CONVENENTE**.

7. Efetuar treinamento dos servidores do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**, a serem indicados pela Seção de Execução Financeira, da Coordenadoria Contábil e Financeira, da Secretaria de Orçamento e Finanças do **1º CONVENENTE**, da utilização do procedimento de transmissão do arquivo, seja por software próprio ou uso da internet.

8. Fornecer o layout do arquivo padrão FEBRABAN, bem como o suporte necessário para instalação do mesmo no sistema de folha de pagamento da Coordenadoria de Pagamento da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que procederá a geração do arquivo para a transmissão.

9. Efetuar o pagamento aos servidores e/ou pensionistas, na forma ajustada no presente **CONVÊNIO**, em todas as praças do território nacional em que mantiver Agências.

10. Acatar eventual pedido de cancelamento de crédito ainda não efetuado, feito pelo **1º CONVENENTE**, consignado em lista previamente enviada ao **2º CONVENENTE**, bem como lhe devolver os valores que porventura já tenham sido a ele disponibilizados, referentes aos créditos cancelados, desde que o pedido seja apresentado até 01 (um) dia útil da data que antecede o pagamento dos salários.

11. O **2º CONVENENTE** ficará eximido da responsabilidade de efetuar pagamento aos servidores e/ou pensionista do **1º CONVENENTE**, caso verifique que os valores não foram disponibilizados na data avençada.

12. Todos os eventuais custos relacionados aos procedimentos de transmissão dos arquivos de folha de pagamento ficarão a cargo do **2º CONVENENTE**, não incidindo quaisquer ônus para o **1º CONVENENTE**.

13. O **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** se responsabilizará pelo recebimento de recurso para liquidação de guias não quitáveis via SIAFI.

14. Cumprir integralmente as obrigações constantes dos procedimentos operacionais que estiverem sob sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA

DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

1. Os compromissos assumidos neste instrumento sujeitam-se à observância dos procedimentos e condições operacionais a seguir delineados:

2. O servidor e/ou pensionista que mantenha vínculo remuneratório com o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**, denominar-se-ão, doravante, para efeito deste **CONVÊNIO, CREDITADO**.

3. A adesão de servidor e/ou pensionista aos termos deste **CONVÊNIO** dar-se-á por ocasião de sua solicitação para abertura de conta, investindo-se o **1º CONVENIENTE** desse ato de poderes para representá-los.

4. Compete ao servidor e/ou pensionista escolher, a seu critério exclusivo, a agência do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** em que abrirá sua conta, podendo mudar para outra, a qualquer tempo e na vigência deste **CONVÊNIO**, observado o prazo para processamento da folha de pagamento e desde que proceda à comunicação do número da nova conta ao **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**.

5. A abertura de conta em favor do servidor e/ou pensionista realizar-se-á por solicitação deste e execução do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, mediante aprovação do gerente da agência que prestará os serviços objeto deste **CONVÊNIO**, após comprovação do vínculo remuneratório com o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO** e cumprimento de todas as formalidades exigidas pelo **2º CONVENIENTE**.

6. O **2º CONVENIENTE** reserva-se no direito de não fornecer cheques ao creditado quando seu pagamento mensal for inferior ao limite exigido pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, ou quando houver infração à norma bancária reguladora da emissão de cheques. Nesta circunstância, o pagamento será efetuado por meio de cartão magnético e, na impossibilidade de uso deste, através de guia de retirada na agência detentora da conta de depósito.

7. O **2º CONVENIENTE** se compromete a fornecer ao **CREDITADO**, no ato da abertura da conta, documento contendo informações relativas ao número do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, agência e conta de depósito, as quais deverão ser repassadas ao **1º CONVENIENTE** pelo servidor e/ou pensionista, conforme item 1 da cláusula terceira.

8. O encerramento da conta bancária do **CREDITADO** será realizado pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, quando da ocorrência das seguintes situações:

a) o saldo da conta bancária permanecer nulo por período igual ou superior a 6 (seis) meses;

b) solicitação, por escrito, do creditado ao **2º CONVENENTE**.

9. O **1º CONVENENTE** deverá disponibilizar arquivo, em meio eletrônico, ou excepcionalmente, em meio magnético, contendo as informações relativas à folha de pagamento do servidor e/ou pensionista e informará a data para efetivação do crédito, sendo certo que esta será o dia em que o recurso financeiro se tornar disponível para o **2º CONVENENTE**, podendo ser antes ou depois da data informada para crédito.

10. Os créditos resultantes da folha de pagamento, com previsão de depósito em dia não útil, serão exigíveis no dia útil subsequente.

11. O **2º CONVENENTE** não se responsabilizará por atraso na liberação dos créditos, em decorrência da inexatidão das informações constantes do arquivo, limitando-se a processar o pagamento em conformidade com as informações indicadas no arquivo transmitido pelo **1º CONVENENTE**, conforme estabelecido no Item 8 desta Cláusula Quarta.

12. Na data fixada para crédito na conta do servidor e/ou pensionista, o **1º CONVENENTE** deverá colocar à disposição do **2º CONVENENTE**, por intermédio de sua conta corrente, recursos financeiros em valor igual ao montante necessário para a ocorrência do pagamento.

13. Caso o **1º CONVENENTE** venha, eventualmente, a disponibilizar os recursos financeiros por intermédio de cheque ou documento de compensação (DOC), o montante somente será considerado disponível após a devida compensação.

14. Mediante solicitação por escrito do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**, o **2º CONVENENTE** se obriga a reverter ao **1º CONVENENTE** antes de efetuados os créditos nas contas dos servidores e/ou pensionistas, valores destinados ao pagamento dos mesmos desde que a solicitação seja apresentada até 01 (hum) dia útil da data que antecede o pagamento dos salários.

15. Após a efetivação de depósito na conta do servidor e/ou pensionista, somente admitir-se-á a reversão de crédito em favor do **1º CONVENENTE** no caso de óbito seguindo as diretrizes da Lei 13.846/2019, ou seja, mediante (I) solicitação através de Ofício e (II) apresentação da cópia da certidão de óbito.

16. Não será devido pelo **2º CONVENENTE** juros e/ou correção monetária sobre os valores depositados pelo **1º CONVENENTE** antes da data estipulada para liberação dos créditos aos creditados.

17. Na hipótese de prejuízo decorrente de falha, erro e/ou ação ou omissão de qualquer das partes, inclusive se provocada por seu empregado, funcionário ou servidor, bem como prestador de serviço ou preposto, conforme o caso, caberá à parte que deu causa ao fato o imediato ressarcimento à parte prejudicada, após o levantamento conjunto dos fatores, causas e valores, sem prejuízo da adoção de providência ou responsabilização de ordem cível e/ou penal cabível.

18. No caso de folha de pagamento suplementar o **1º CONVENENTE** disponibilizará ao **2º CONVENENTE** o arquivo específico, consoante previsão do item 2 da Cláusula Segunda deste instrumento.

19. Caso não seja realizado o crédito na conta do servidor e/ou pensionista em decorrência de dados bancários inconsistentes, o **2º CONVENENTE** providenciará a devolução do recurso financeiro ao **1º CONVENENTE** no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do processamento do arquivo e comunicará à Seção de Execução Financeira, da Coordenadoria Contábil e Financeira, da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por mensagem eletrônica, a rejeição do arquivo com a identificação do beneficiário e valor, para providências relativas a um novo processamento de folha de pagamento, conforme item 4 da cláusula terceira.

20. O servidor e/ou pensionista poderá, a qualquer tempo, optar pelo crédito de sua remuneração em outra instituição bancária devidamente conveniada, bastando para tanto, uma comunicação por escrito aos **CONVENENTES**, observado o prazo para processamento da folha de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA DAS ALTERAÇÕES

As alterações porventura necessárias deverão ser formalizadas por meio de Termo Aditivo, com as devidas justificativas, observadas as condições previstas na Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA SEXTA DA RESCISÃO

1. A rescisão do **CONVÊNIO** poderá ocorrer por iniciativa de quaisquer dos **CONVENENTES**, e deverá ser comunicada por notificação expressa, encaminhada pessoalmente ou através de Aviso de Recebimento à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da sua efetiva rescisão.

2. Os deveres dos **CONVENENTES** decorrentes do presente Instrumento permanecerão em vigor durante o prazo de 60 (sessenta) dias a que se refere esta Cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. O **CONVÊNIO**, ora firmado, visa cumprir a sistemática do Sistema de Pagamentos Brasileiro, possibilitando ainda aos servidores e/ou pensionistas do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO** a utilização dos serviços bancários disponibilizados pelo **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil pertinente e a política de aceitação de negócios do **2º CONVENENTE**.

1.1 Pela prestação dos serviços, objeto do presente **CONVÊNIO**, não deverá haver pagamento de tarifa por ambos **CONVENENTES**.

2. O **1º CONVENENTE** não interferirá na movimentação das contas de depósito dos seus servidores e/ou pensionistas, bem como no acesso aos demais produtos e serviços ofertados pelo **2º CONVENENTE**, os quais deverão ser acordados diretamente com o **CREDITADO**.

3. As transferências de valores a serem depositados nas contas dos **CREDITADOS**, serão realizadas pelo **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**, através de Ordem Bancária de Folha de Pagamento (OBF), que será enviada ao **2º CONVENENTE** pelo **1º CONVENENTE**.

4. Os meios magnéticos ou os arquivos via teleprocessamento, pertencentes a cada um dos **CONVENENTES**, não poderão sofrer qualquer alteração, nem tampouco serem utilizados para outros fins que não o de transposição de dados.

5. Caso haja comprovação por algum dos **CONVENENTES** de existência de dano ou alteração nos meios magnéticos original, o **CONVENENTE** responsável pelo dano causado, deverá substituir o respectivo meio magnético por outra (o) da mesma espécie, ainda não utilizada (o), em prazo suficiente para que o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** possa executar o serviço.

6. O **2º CONVENENTE** manterá por um período de 03 (três) meses os dados relativos aos pagamentos efetuados nas contas de servidoras, servidores e pensionistas do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**. Decorrido tal prazo, o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** ficará desobrigado de disponibilizar os arquivos dos dados, todavia, permanece o dever de informar, quando requisitado pelo **1º CONVENENTE**, quanto a datas e valores de créditos efetuados nas contas de servidoras, servidores e pensionistas do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO** em decorrência do presente convênio.

7. As contas de depósito reger-se-ão pelas normas em vigor, estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

8. Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre os **CONVENENTES** e formalizados por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente **CONVÊNIO** terá vigência de **5 (cinco) anos**, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, ou alterado, mediante Termo Aditivo, a critério dos **CONVENENTES**.

CLÁUSULA NONA DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste **CONVÊNIO** no Diário Oficial da União deverá ser providenciada, na forma de extrato, pelo **1º CONVENENTE**, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da sua assinatura, conferindo-lhe a eficácia devida.

CLÁUSULA DÉCIMA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se ao presente **CONVÊNIO**, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil para as contratações em espécie, e, subsidiariamente, o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PROTEÇÃO DE DADOS

1. **OS CONVENENTES** declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e se comprometem a garantir a proteção dos dados pessoais repassados em virtude deste instrumento, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. **OS CONVENENTES** se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais - repassados em decorrência do ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento deste instrumento.

3. **OS CONVENENTES** responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução do presente, por inobservância da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA ANTICORRUPÇÃO

1. Os **CONVENENTES** declaram conhecer as normas de prevenção à corrupções previstas na legislação brasileira, em especial a Lei nº 8.429/1992 e a Lei nº 12.846/2013, e não deverão cometer, autorizar ou permitir qualquer ação vinculada à negociação, conclusão ou resultado deste **CONVÊNIO** que possa causar aos partícipes e/ou suas afiliadas violação de qualquer direito ou

regulamento anticorrupção ou antissuborno. Esta obrigação se aplica em particular a pagamentos ilegítimos incluindo subornos a órgãos do governo, representantes de autoridades públicas ou seus associados, familiares ou amigos próximos.

2. Os **CONVENENTES** concordam em não oferecer, dar, ou concordar em dar, para qualquer colaborador, representante ou terceiros agindo em nome da outra parte, aceitar ou concordar em aceitar de qualquer colaborador, representante ou terceiro agindo em nome da outra parte qualquer presente ou benefício, seja esse monetário ou de qualquer outra natureza, como recompensa de negociação, conclusão ou resultado deste **CONVÊNIO**.

3. Os **CONVENENTES** deverão prontamente notificar a outra parte, na hipótese que venha a tomar conhecimento ou suspeitar de modo específico de qualquer prática de corrupção como recompensa da negociação, conclusão ou resultado deste **CONVÊNIO**.

4. O descumprimento das condições previstas acima ensejará a rescisão contratual e a consequente finalização de toda e qualquer atividade eventualmente existente entre as partes, sem prejuízo das perdas e danos que forem devidamente apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS ASSINATURAS

As partes expressamente concordam que este instrumento pode ser assinado digitalmente, nos termos da Lei nº 14.620/23, sendo dispensadas as testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for verificável em provedor de assinaturas, e sendo considerada como data de assinatura deste documento aquela em que ocorrer a última assinatura digital das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão oriunda do presente **CONVÊNIO**.

E, por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente **CONVÊNIO** lavrado em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes conveniadas abaixo.

Rio de Janeiro, de de 2024.

Desembargador HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA
Presidente do TRE-RJ

DocuSigned by:

B0A57A01819F480...

SOLANGE HITOMI MIYAMURA
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A